

O impasse internalismo x externalismo e suas influências sobre os estudos neurolingüísticos

Edwiges Maria Morato*

Resumo

Este texto discute alguns aspectos relacionados às vicissitudes do debate internalismo x externalismo e suas implicações no campo da Neurolingüística, tomando por base a análise do fenômeno da competência relativamente à linguagem no contexto das afasias.

Palavras-chave: Epistemologia; Neurolingüística; competência; afasia

Introdução

Pretendo dividir em três partes esta comunicação: na primeira, gostaria de circunstanciar brevemente a Neurolingüística entre os domínios da Lingüística que se dedicam ao estudo da cognição; na segunda, gostaria de explorar alguns

* UNICAMP

aspectos relacionados às influências das vicissitudes do debate internalismo x externalismo para esse campo de investigação; no terceiro, gostaria de discutir brevemente a respeito de uma noção fundamental para o campo lingüístico, ou seja, a de competência, de forma a mostrar como, sob uma perspectiva social da enunciação, antinomias como essas poderiam ser superadas. Tomarei como referência no campo empírico um *corpus* especial com o qual trabalha já tradicionalmente a Neurolingüística, as afasias e as demências, definidas como alteração primária de linguagem e de memória, respectivamente.

1. Neurolingüística

Qu'il y ait une spécificité biologique du langage, je pense que nous sommes à peu près tous d'accord là-dessus. La question qui se pose ensuite est: est-ce que cela va servir à expliquer le langage?"
(Sylvain Auroux, 1999)

Aparentemente, não é difícil considerar, levando em conta o hibridismo do termo, que a Neurolingüística diga respeito às relações entre linguagem e cérebro e que acione dois campos do conhecimento humano para estudá-las, a Lingüística e as Ciências da Cognição (notadamente, as Neurociências). Isso realmente seria uma boa definição se nós não tivéssemos tantos problemas para dar conta dos complexos processos que constituem a linguagem e o cérebro, bem como seus modos de funcionamento e de inter-relação.

O problema é que se a cognição parece ser a coisa mais comum dos seres humanos, ela é também a mais difícil de se compreender. Isso se aplica, naturalmente, a tudo aquilo que em geral é abarcado pelo termo cognição: conhecimento, pensamento, representação, imaginação, memória, linguagem, consciência, percepção, controle da atividade motora, etc. Essa impressão persiste mais fortemente quanto mais nossa expectativa for compreender não apenas os mecanismos neuropsicofisiológicos implicados nos processos cognitivos como linguagem, memória ou percepção (ainda não devidamente elucidados, vale notar), mas também o seu sentido.

Apesar de todo o conhecimento acumulado pela nossa tradição científico-filosófica desde que cognição passou a ser um atributo humano, e apesar das descobertas alcançadas até o último decênio do século XX, a chamada "década do cérebro", nem tudo se sabe sobre os processos cognitivos subjacentes à linguagem (e vice-versa). Neurocientistas mais céticos ou lúcidos chegam a reconhecer que até o momento, as descobertas que relacionam estreitamente cérebro e cognição são quase modestas em relação ao que se obteve no século XIX. Sabemos hoje o que já sabíamos ao final desse século, ou seja, que o cérebro - esse sistema funcional heterogêneo e dinâmico como a própria linguagem - opera e se desenvolve em concerto e de maneira interdependente no tocante aos chamados processos complexos; que uma determinada região cerebral se incumbem mais especialmente de tal função cognitiva (por isso é possível a correlação anátomo-clínica, mas não a correlação direta ou precisa entre atividade cerebral e processos cognitivos) e que uma

outra é implicada por determinadas circunstâncias, etc. Porém, isso parece ser incapaz de explicar com precisão como o cérebro funciona, não dissolve os velhos mistérios que lhe atribuímos há milênios e nem pode prognosticar um acordo entre cientistas em torno de uma teoria unificada do cérebro ou da cognição, tal como parece ter ocorrido na Física com a Lei da Gravitação Universal de Newton¹.

Não é à toa que as Ciências da Cognição ou as Ciências Cognitivas constituem desde suas origens um verdadeiro mosaico de inteligibilidades a caracterizar um vasto continente feito de várias e distintas disciplinas, todas elas em “busca do cognitivo”, como a Neurolingüística, a Psicologia, a Antropologia, a Psicolingüística, as Neurociências, a Sociologia, a Inteligência Artificial ou a Neuropsicologia. De qualquer forma, ainda que reunidos sobretudo por sua ignorância comum a respeito da cognição (“*Mal commune mezzo gaudio*”, costumam dizer os italianos...), todos esses campos que se voltam para a conquista do cognitivo não têm cessado de reinventar sua história, de diversificar suas abordagens ou modelos de referência, seus programas de pesquisa e suas análises, de modo a sustentar no plano teórico seus conflitos e debates internos e buscar aplicações concretas dos conhecimentos encontrados sob a forma de criação de ferramentas para (supostamente) melhorar nosso cotidiano, como a robótica, as próteses, os instrumentos diagnósticos, terapêuticos e pedagógicos.

Vencida a década do cérebro (e o localizacionismo) sem que se saiba exatamente como linguagem e cérebro se relacionam (ainda que essa relação seja incontestável), o que restaria de imprescindível na participação dos lingüistas no debate sobre cognição?

2. O velho/novo debate internalismo x externalismo

De saída, poderíamos perguntar: com que tipo de programa a Neurolingüística poderia enfrentar esse desafio de participar da “busca do cognitivo”?

Assim como ocorre com outras áreas da Lingüística, as influências das contingências, vicissitudes ou variações do debate internalismo x externalismo têm atuado sobre a Neurolingüística de maneira a marcar epistemologicamente as relações entre linguagem e cognição.

Vale lembrar que no campo das relações entre linguagem e cognição (ou entre cérebro e cognição, de maneira correlata), como conseqüência do dualismo ontológico, o fenômeno mental (cognitivo) tem sido primeiramente vinculado ao biológico, e concebido praticamente à margem da linguagem e

¹ Na verdade, tudo se passa como se por algum tipo de operação cognitiva nem sempre discernível, um certo número de regiões cerebrais é posto em comunicação durante um breve instante sem que tenhamos para isso uma explicação consistente. Ou seja, a ativação de determinadas áreas corticais, perceptível hoje pela neuroimagem, não chega a ser suficientemente consistente como se esperava para decidirmos quais áreas são responsáveis ou representam topograficamente um processo cognitivo qualquer.

do lingüístico. Se quisermos resumir a história da tradição filosófica acerca da mente, observaremos, como o fez Dascal (1983), que a relação entre linguagem e cognição, assim, ou é externa (em termos de que ambas são tomadas como elementos logicamente independentes e heterogêneos entre si, posição que vai de Saussure a Chomsky, seguramente), ou é interna (em termos de que entre ambas são estabelecidos laços mais estreitos, posição identificada com as reflexões de Vico, Humboldt, Vygotsky, Bakhtin e Benveniste, por exemplo).

Por outro lado, considera-se hoje que há internalismos e externalismos, assim como externalismos e externalismos... Ou seja, se as posições não são a rigor tomadas como dicotômicas ou homólogas, é preciso que levemos em conta que uma determinada teoria pode ser considerada sob certas circunstâncias internalistas e sob outras externalistas. É o caso, por exemplo, da perspectiva enunciativa da relação entre linguagem e cognição, à maneira de Humboldt, Vygotsky, Bakhtin ou Benveniste (cada um à sua maneira afirmando que a língua não é só signo). É também o caso do conexionismo, no campo das Ciências Cognitivas, e mesmo do funcionalismo de inspiração luriana no campo das Neurociências. São esses exemplos de posições tomadas por alguns como internalistas e por outros como externalistas. Desse modo, se quisermos ultrapassar os limites das antinomias clássicas, que não confundamos – por exemplo – empirismo com externalismo, ou racionalismo com internalismo (do tipo inatista).

Ao reivindicar uma não naturalização dos processos cognitivos, ao postular que eles não são concebidos como estruturas fechadas, apriorísticas e anteriores às rotinas significativas da vida em sociedade, ao defender que eles são uma expressão de uma subjetividade provinda das qualidades interativas humanas, a Neurolingüística pode contribuir de forma inovadora no campo dos estudos cognitivos. Por isso, a dimensão empírica que toma como análise os dados de situações de uso da linguagem e demais práticas cognitivas parece ser de fato não apenas uma alternativa ao beco sem saída implicado pelo impasse internalismo x externalismo, quanto uma possibilidade de entrever uma posição “híbrida” ainda em construção. Ao que parece, isso estaria indicado nos estudos sobre referenciação, na análise das ações reflexivas dos homens sobre as condutas próprias e alheias (o que inclui a competência e a metalinguagem), na investigação da linguagem em meio a práticas psicossociais multimodais.

Dominada pelo internalismo, ao longo do século XX, a Neurolingüística se pautou no campo lingüístico pelo estruturalismo e pelo gerativismo (no interior dos quais surgem emblematicamente os estudos sobre o agramatismo e sobre a alteração do processamento lingüístico concebido modularmente), e se pautou no campo das ciências neurocognitivas pelo mentalismo e pelo localizacionismo (no interior dos quais a língua se define ora como representação mental, ora como instrumento psicotécnico do pensamento). Contudo, ela irrompe na metade desse século – impregnada pelos estudos interacionistas – como um lugar particular de construção de um discurso sobre a cognição humana. Uma posição externalista passa a marcar os estudos neurolingüísticos.

Dentro desse quadro, e de posse de pressupostos e métodos próprios da ciência da linguagem, a Neurolingüística compartilha do interesse pela “conquista do cognitivo” a partir de um determinado núcleo de questões,

caracterizado pela investigação de pré-conceitos, pelo estudo da repercussão dos estados patológicos no funcionamento “normal” da linguagem, pela elaboração de modelos cognitivos e neurofisiológicos de funcionamento da linguagem, pelo estudo comparativo entre o processamento normal e o patológico da linguagem, pelas discussões a respeito da semiologia das patologias lingüístico-cognitivas, pela relação entre linguagem e outros processos cognitivos (como a memória ou a percepção, por exemplo), pelo estudo das condições de reorganização lingüístico-cognitiva após dano cerebral, pelo estudo das relações entre o processo de aquisição e o de patologia de linguagem, pela refutação, sustentação ou proposição de teorias lingüísticas, pela discussão de aspectos éticos e socioculturais relacionados ao contexto patológico, pela preocupação com a orientação de condutas terapêuticas, etc. Como se observa, todos esses são motivos pelos quais podemos justificar a inserção da Neurolingüística na agenda dos estudos lingüísticos para os próximos anos, o que inclui o interesse pelo tema da cognição.

Contudo, há ainda um impasse com o qual essa disciplina se defronta atualmente, a saber, com o problema das antinomias clássicas, dentre elas as que põem em questão as relações entre linguagem e cognição, cérebro e linguagem, linguagem e exterioridade. Alternativamente à posição que professa um externalismo com respeito à relação mantida entre linguagem e “exterioridade” (cérebro, cognição, contexto, etc.) justamente para fugir ou recusar o subjetivismo ou um internalismo cognitivista, torna-se interessante para a Neurolingüística a evocação dos termos de uma discussão que procura ultrapassar dicotomias como as mencionadas acima. A reflexão sobre competência é um dos expedientes a que podemos lançar mão para colocar em cena o beco sem saída dos dualismos apontados aqui.

3. Sobre a competência relativamente à linguagem

“À língua como “tesouro universal”, possuído como propriedade indivisa por todo o grupo, corresponde a competência lingüística como “depósito” em cada indivíduo deste “tesouro” ou como participação de cada membro da “comunidade lingüística” neste bem público. A mudança de linguagem esconde a fictio juris pela qual Chomsky, ao converter as leis imanentes do discurso legítimo em normas universais da prática lingüística adequada, escamoteia a questão das condições econômicas e sociais da aquisição da competência legítima e da constituição do mercado onde se estabelece e se impõe esta definição do legítimo e do ilegítimo” (Bourdieu, 1998[1982]:30).

Dentro do espírito assinalado na sessão anterior, a discussão sobre uma competência numa perspectiva enunciativa ganha relevância pelo que pode oferecer em termos de contornos explicativos no que se refere às relações entre linguagem e cognição.

Se é bem verdade que o recurso à noção de competência pode causar estranheza entre aqueles que procuram arbitrar as relações entre língua e exterioridade, é verdade também que a noção de competência está longe de

estar bem delimitada, seja em Gramática, seja em Psicolingüística, seja em Pragmática. Se retirarmos o peso categorial que relaciona a noção de maneira direta com o inatismo ou com uma espécie de “subjetividade transcendental” (cf. Maingueneau, 1984:47), ela pode ser muito interessante para entendermos a natureza de vários processos lingüísticos, como os predicados por meta (lingüísticos, enunciativos, discursivos), em jogo nas práticas lingüísticas ordinárias.

Por uma discussão não internalista da noção de competência

Muito facilmente podemos encontrar em quase todos os domínios da Lingüística, desde a teorização “anti-chomskiana” da competência feita por Hymes (1974), descrições e definições de competência comunicativa, de competência narrativa, de competência pragmática, de competência argumentativa, de competência textual, de competência discursiva, etc. Contudo, nem sempre encontramos uma discussão mais abrangente sobre a natureza, os efeitos e o funcionamento lingüístico-discursivo dessas competências tão prontamente reconhecidas.

Como explicar essa(s) competência(s)? Afinal, competências são coisas que se atribuem ou que se reivindicam? Em que termos podemos admitir essa atribuição de competências sem cair no discurso da normatividade? Competência ou estatuto de competência é algo que pode ser reivindicado, tal como é algo que tem sido “atribuído” (por *experts*, professores, médicos, religiosos, etc.)? Como é feita a distribuição de competência, se ela for - além de algo que se dá em exercício - algo que pode ser julgado, atribuído ou reivindicado?

Referindo-se ao que considera como sendo uma “ilusão da Lingüística”, Bourdieu critica em seu conhecido livro “A economia das trocas lingüísticas” (1982) o silêncio da teoria chomskiana (e do suposto silêncio da Lingüística em relação a ela) quanto ao desenvolvimento “competente” da língua pelos indivíduos. Para Bourdieu, o que se deixa de se considerar a partir dessa ilusão diz respeito às condições de apropriação social da língua, infensa na teoria chomskiana - porque natural e homogênea - a “qualquer idéia de expropriação”.

Uma das questões que podemos extrair dos arrazoados de Bourdieu é que, uma vez que não discordamos da suposição de que os indivíduos dispõem de uma capacidade de julgamento, essa capacidade não precisa se identificar necessariamente com uma faculdade. Se pensarmos no caráter avaliativo e regulador do termo, nada que seja considerado “natural” pode ser chamado de competência. A idéia de competência como “atitude” desconecta a idéia de competência à de “faculdade”. A capacidade de “atitude” é cognitiva, certamente, mas no sentido de que os indivíduos têm uma capacidade de saber o que lhes acontece, e essa idéia é empiricamente constatável, digamos assim.

Se para Chomsky a competência é uma faculdade inata, e os indivíduos são inconscientes dela, isto é, não a controlam, não a podem julgar, para as teorias investidas de pressupostos sociológicos (como as de Bourdieu, Giddens, Elias, Boltanski, Ogien, Lahire, Corcuff) é a intersubjetividade e a prática social

que a explicam. Como uma espécie de alternativa à visão inatista ou subjetivista de competência, há aqui um entendimento de que ela diz respeito, por ser uma noção avaliativa, às interações sociais.

Conforme afirmamos em trabalho anterior (Morato & Bentes, 2002), entre as teses que poderíamos extrair de uma reflexão não internalista de competência no campo da Lingüística, destacam-se:

“(i) há uma iniciativa racionalista em todo discurso sobre (ou que pressupõe) a competência, seja ela natural ou legitimada por mecanismos sociais; (ii) a idéia de competência como “prática” desvincula a idéia de competência à de “faculdade” (cf. Ogien, 2001); (iii) a noção de competência evoca diferentes modalidades de exercício de diferentes capacidades, como afirma Ogien (2001) (isto é, diz respeito a um “saber em uso”), ou seja, a competência não tem apenas uma existência pragmático-discursiva, como também é heurísticamente concebida pelos sujeitos nas situações enunciativas; (iv) se a competência é antes uma prática que uma faculdade, é porque a noção de prática imbrica atos de linguagem e ações sociais; (v) a postulação de uma competência para a linguagem enquanto conhecimento é parte integrante de um “discurso competente”, legítimo/legitimado sócio-politicamente (cf. Chauí, 1989); (vi) se pensarmos no caráter avaliativo e regulador do termo, nada que seja considerado “natural” pode ser chamado de competência”; (vii) não sendo entendida como uma faculdade ou uma disposição mental, a competência pode ser analisada empiricamente”.

Os dados...

Fenômenos freqüentemente observados em situações interativas com pessoas com afasia ou com Doença de Alzheimer indicam que as situações interlocutivas e os fenômenos meta-enunciativos e referenciais, dentre as práticas discursivas mais diversas, são fundamentais para a recomposição da subjetividade e para a possibilidade de ações reflexivas dos sujeitos sobre a linguagem, sobre a memória e sobre estados de coisas no mundo.

Nos episódios abaixo, temos exemplos dessa ação reflexiva dos sujeitos a nos apontar que a reflexividade relativamente à linguagem não se reduz a uma reflexividade do tipo metalingüístico (1); também nos apontam que lá onde o metadiscurso clínico enxergaria apenas anosognosia ou negligência patológica em relação aos problemas que apresenta, podemos ver o sujeito perscrutando a função pragmática dos atos de memória (2). Seja em função de um alheamento social relativo à velhice e ao envelhecimento, seja em função das condições de produção da memória que se estabelecem nos testes tradicionais (interessados de fato num determinado tipo de memória, isto é, aquela que se afirma ou que se confunde com afirmação do presente; interessados de fato em investigar capacidades mnêmicas relacionadas a si mesmas, tal como o fazem os testes metalingüísticos que se aplicam aos afásicos), memória e linguagem são destituídas de sua função social, afetiva, performativa, interacional. O primeiro episódio, no qual a pesquisadora AP conversa com um senhor afásico (MS) sobre suas dificuldades, é extraído do livro “Sobre as afasias e os afásicos – subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de

Convivência de Afásicos” (Morato *et al*, 2002); o segundo episódio é extraído de uma entrevista da autora (EM) com uma senhora que recebeu um diagnóstico de Doença de Alzheimer (GS).

(1)

AP: *Quais são as dificuldades que o senhor tem?*

MS: *Como bem... “Bom dia” eu sei falar. “Boa tarde” eu sei falar. É...Cumprimento eu sei falar, né? Aí o vizinho passa: “Bom dia”, “Bom dia”. “Esse cara não tem derrame, num tem derrame”. Agora... as palavras, não sei mais...*

(2)

GS - *Sabe o que é, vou falar pra você. Eu não tenho com quem falar. Tem um monte de gente em casa, mas não fica ninguém, todo mundo vai trabalhar...Tem a minha neta, e meu neto que é jovenzinho (...).*

EM - *Entendo...*

GS - *Eu esqueço...é...coisa de casa...Não vou andar de carro, eu não faço nada que vai...me...prejudicar... Eu sei, por exemplo...Como eu tô assim. Eu sei, eu...eu não vou, eu fico em casa. Nada pra fazer em casa. Porque eu, tudo que eu tenho eu já fiz na minha vida... Agora... a única coisa é que vou no Regatas //refere-se ao clube perto de sua casa, onde gosta de freqüentar a piscina//. É pertinho. Agora vai começar o verão e eu vou lá. Essa aí é muito boa, sabe? //referindo-se à filha que a leva às consultas//. É uma mãe. Ela fala: “Mãe, como é que a senhora tá”? Eu eu me sinto bem, sabe. E eu sei que mais do que aquilo não vai melhorar... depois de tanto tempo. Mas eu não faço nada errado, eu sei das minhas coisas, entende? Agora, eu não sei... Eu tenho... esqueço! Mas, por exemplo, às vezes eu... desculpe, eu falo: “Merda” / /ri// “Bosta”... e largo lá! Aí, daí a pouco... volto... e lembro! Eu dou risada eu mesmo! Mas é que dá um negócio, menina, que você quer lembrar, quer lembrar... Mas também, lembrar pra quê? Não vou fazer nada, né? Daí, eu “chuto”... Chuto mesmo!*

4. À guisa de conclusão...

Para a Neurolingüística, um dos grandes desafios parece ser decididamente não o estabelecimento de uma relação factual entre distúrbios lingüísticos e cognitivos, mas o de uma relação epistemológica entre essas duas formas do conhecimento humano, linguagem e cognição. As práticas discursivas e as situações de enunciação são um lugar privilegiado para esse tipo de estudo, uma vez que “*refutam precisamente o corte que se opera entre o lingüístico e o ‘extralingüístico’*” (Maingueneau, 1996:6 [1986]).

A análise dos processos de significação em jogo nas ações reflexivas dos sujeitos tende a nos levar a colocar a questão da seguinte forma: se a linguagem tem alguma capacidade de ser reflexiva, não é propriamente a de voltar-se sobre si mesma ou sobre o mundo (como pretenderiam, de forma

excludente, tanto as perspectivas internalistas, quanto as externalistas), mas as condições (pragmáticas, psico-sociais, discursivas) de interação entre ambos. No campo da Neurolingüística, isso me parece algo de realmente interessante e ainda não inteiramente explorado.

O impasse
internalismo x
externalismo e suas
influências sobre os
estudos
neurolingüísticos

Edwiges Maria
Morato

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- _____. *Le langage n'est pas dans le cerveau. Sciences Humaines 27*, 1999.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas - O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998 [1982].
- DASCAL, M. *Pragmatics and the Philosophy of Mind*. Amsterdam. John Benjamins, 1983.
- HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Philadelphia, 1974.
- _____. *Vers la Compétence Linguistique*. Paris: Hatier-Credif, 1984.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
- _____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1986].
- MORATO, E.M. (Org.). *Sobre as afasias e os afásicos - subsídios teóricos e práticos elaborados pelo Centro de Convivência de Afásicos*. Campinas: Unicamp, 2002.
- _____. & BENTES, A.C. Das intervenções de Bourdieu no campo da lingüística: reflexões sobre competência e língua legítima. *Horizontes 20*: 31-48, 2002.
- OGIEN, A. *Compétences*. (Mimeo), 2001.